

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS

ITEM	QTDE.	APRES.	DESCRIÇÃO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
01	11	Unidade	Colete balístico preferencialmente feminino, tamanho P;	599,00	6.589,00
02	09	Unidade	Colete balístico preferencialmente feminino, tamanho M;	653,00	5.877,00
03	01	Unidade	Colete balístico preferencialmente feminino, tamanho G;	746,00	746,00
04	43	Unidade	Colete balístico masculino tamanho P;	599,00	25.757,00
05	61	Unidade	Colete balístico masculino tamanho M;	653,00	39.833,00
06	54	Unidade	Colete balístico masculino tamanho G;	746,00	40.284,00
07	4	Unidade	Colete balístico masculino tamanho GG.	838,00	3.352,00
			VALOR TOTAL:		122.438,00

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1 – NÍVEL DE PROTEÇÃO: Nível de proteção II-A. Colete à prova de balas nível II-A, ostensivo, de fabricação nacional, de acordo com a Norma NIJ STD 0101.04, para proteção de toda a área vital acima da cintura e baixo do pescoço (costas, tórax, abdômen e parcialmente nas laterais do tronco), resistente a projéteis de armas de fogo, Calibre 357 Magnum JSP com velocidade de 436 m/s (+/-9 m/s) e 0mm FMJ com velocidade de 367 m/s (+/- 9 m/s), obedecendo as normas exigidas pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro.

2 – PAINÉIS BALÍSTICOS: Cada colete será composto por dois painéis, um frontal e outro dorsal, dispostos em camadas, formadas pela superposição de lâminas balísticas sucessivas confeccionadas em material leve e flexível de polietileno, aramida ou composição mista, permitindo a adição de outras matérias primas com o intuito de formular camadas para composição de pacote antitraumatismo, a fim de ser atingido o nível de proteção II-A, com conforto e ergonomia, para serem utilizados um na proteção tórax-abdominal. O peso do conjunto de Lâminas que compõe não deve exceder o peso máximo de 5,45 kg/m² com variação máxima de +10%, sem considerar o peso da capa externa e capa interna.

3 – REVESTIMENTO DOS PAINÉIS: Capa de nylon 70 resinado, impermeável, a fim de protegê-los de diversos fatores como chuva e suor. O arremate de fechamento da capa interna deverá possuir duas costuras: a primeira de aproximadamente 7mm da borda e a segunda, feita do mesmo nylon, deverá sobrepor a primeira, ocultando-se, medindo aproximadamente 10mm, a fim de evitar a entrada de líquidos pelos pontos de costura. Deverá possuir uma etiqueta na superfície de contato com o corpo de acordo com a norma NIJ Standard 0101.04 (a identificação deverá ser impressa/gravada de modo que não venha a desaparecer/desbotar durante todo o prazo de sua garantia).

4 – CAPA EXTERNA: O tecido de capa externa será na composição 100% rip stop na cor azul marinho. O forro interno nas duas faces da capa deverá ser em tecido respirável do tipo aerado, 100% poliéster. As capas devem possuir regulagem para ajustes e fixação ao corpo do usuário nas laterais abdominais com 03 tiras de velcros e sobre os ombros revestidos, com duas tiras de cada lado na parte inferior (abdominal) e uma tira de cada lado na parte superior (ombros).

5- Cada colete deverá acompanhar vir de 01 (uma) capa externa sobressalente com as mesmas características da capa descrita acima.

6 – DIMENSÕES: Deverá apresentar dimensões conforme tabelas abaixo, nos tamanhos P, M, G e GG. A tolerância admitida nas dimensões não deve ser superior e nem inferior 20% dos valores mensurados.

7 – AJUSTE AO USUÁRIO: Deverá permitir que o ajuste lateral da capa seja feito pelo próprio usuário, de modo a manter os painéis balísticos em contato com o tronco, considerando os diversos tipos físicos.

8 – REGISTROS:

- Registro do Ministério da Defesa – Exército Brasileiro
- Certificado de Registro ou Título de Registro do produto ofertado

9 – GARANTIA DO PRODUTO: Mínimo de 05 (cinco) anos do material balístico e de 01 (um) ano para defeitos na capa externa.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

10 - CAPA INTERNA (invólucros): os painéis balísticos serão recobertos por uma capa interna (invólucro impermeável) confeccionada em nylon resinado de alta qualidade, a fim de protegê-los de diversos fatores, tais como: raios UVA/B, umidade, água de chuva e suor.

11 - A licitante vencedora fica obrigada a apresentar a seguinte documentação, como qualificação técnica:

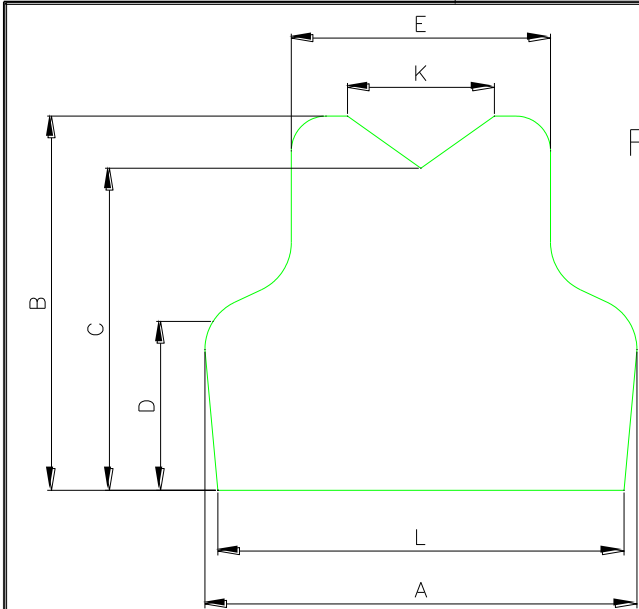
- a) Certificado ou Título de Registro (TR) (para fabricar)**
- b) Relatório de Avaliação Técnica (RAT) emitido pelo Ministério do Exército Brasileiro**
- c) Relatório Técnico Experimental (RETEX) emitido pelo Ministério do Exército Brasileiro**
- d) Apostilamento do Exército Brasileiro (para comercializar)**
- e) Declaração do fabricante de matéria prima, atestando a garantia e a validade do produto ofertado**

MODELO DO DISTINTIVO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

BORDADO

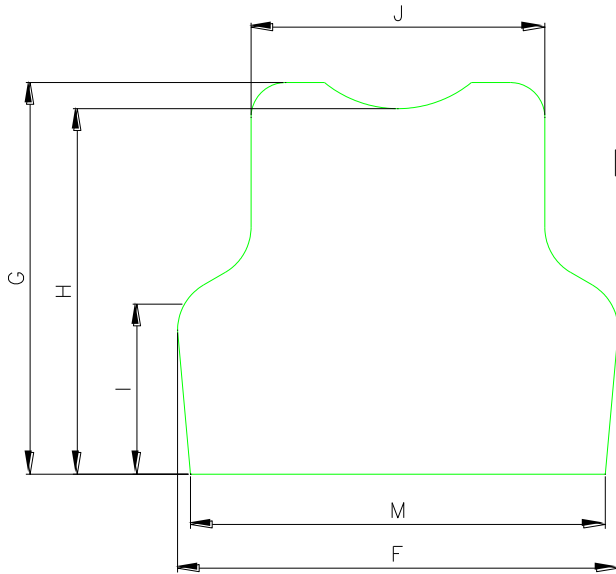


Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires



FRONTAL

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
P	470	400	340	180	280	480	420	390	180	310	150	440	450
M	500	430	370	200	300	510	450	420	200	340	170	470	480
G	530	460	400	220	320	540	480	450	220	360	190	500	510
GG	560	490	430	240	340	570	510	480	240	380	210	530	540



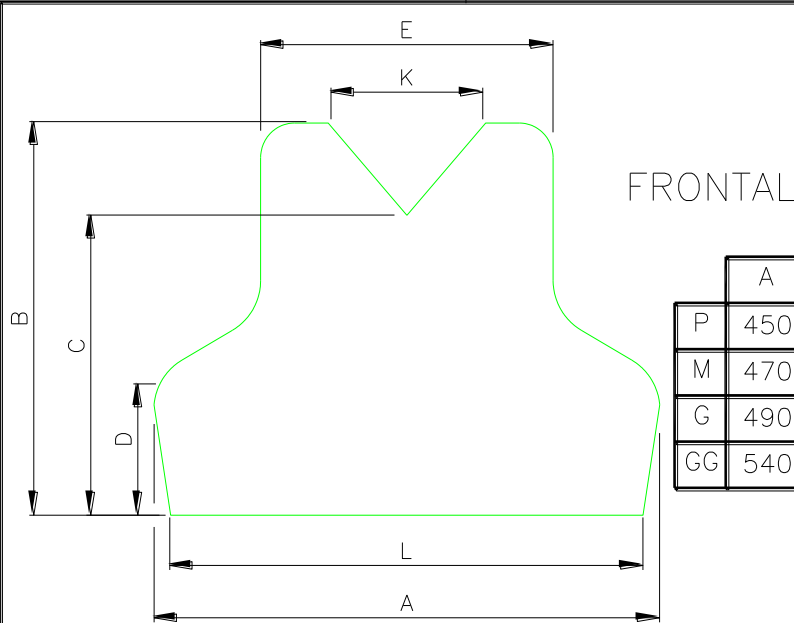
DORSAL

ÁREA DE PROTEÇÃO (m²)			
TAMANHO	ÁREA FRONTAL	ÁREA DORSAL	ÁREA TOTAL
P	0,1440 m²	0,1589 m²	0,3029 m²
M	0,1654 m²	0,1845 m²	0,3499 m²
G	0,1895 m²	0,2098 m²	0,3993 m²
GG	0,2151 m²	0,2366 m²	0,4517 m²

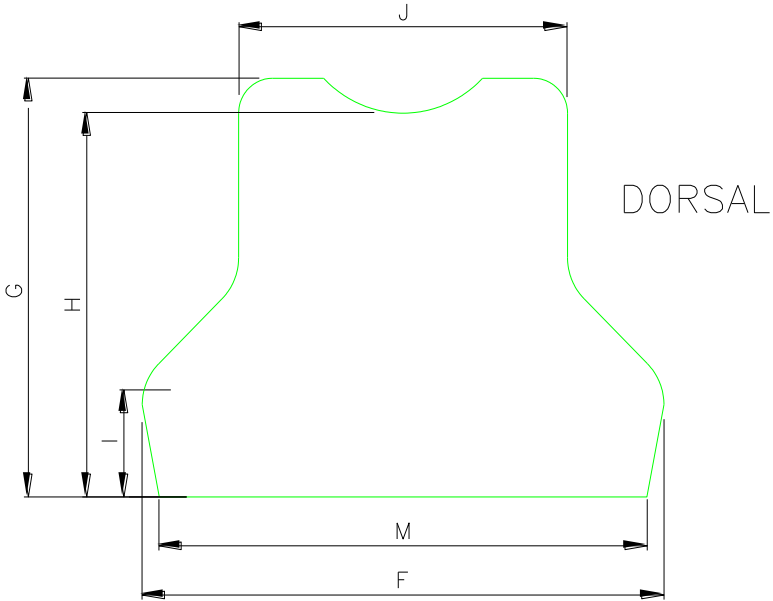
ANEXO

PAINEL BALÍSTICO
MASCULINO

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires



	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
P	450	340	260	120	260	460	360	330	100	290	140	420	430
M	470	370	290	130	280	480	390	360	110	310	150	440	450
G	490	400	320	140	300	500	420	390	120	330	170	460	470
GG	540	440	350	150	330	550	460	430	130	360	190	500	510



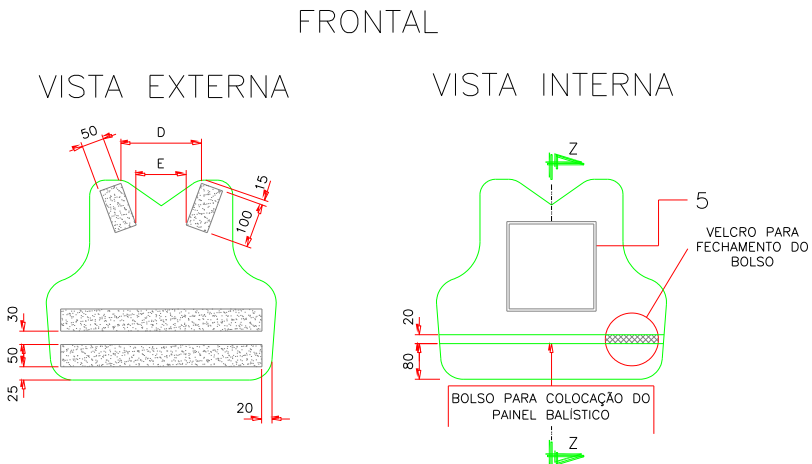
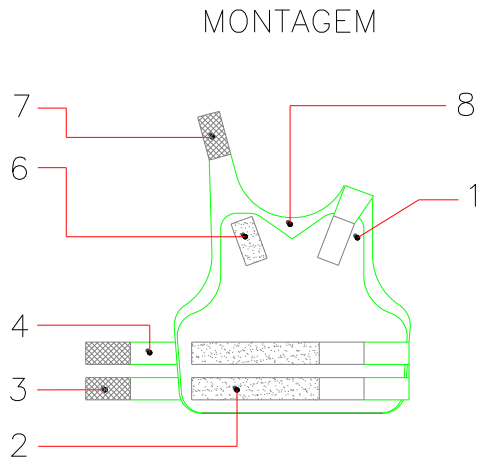
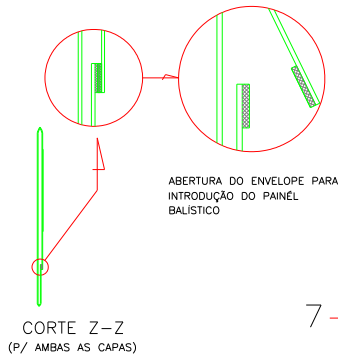
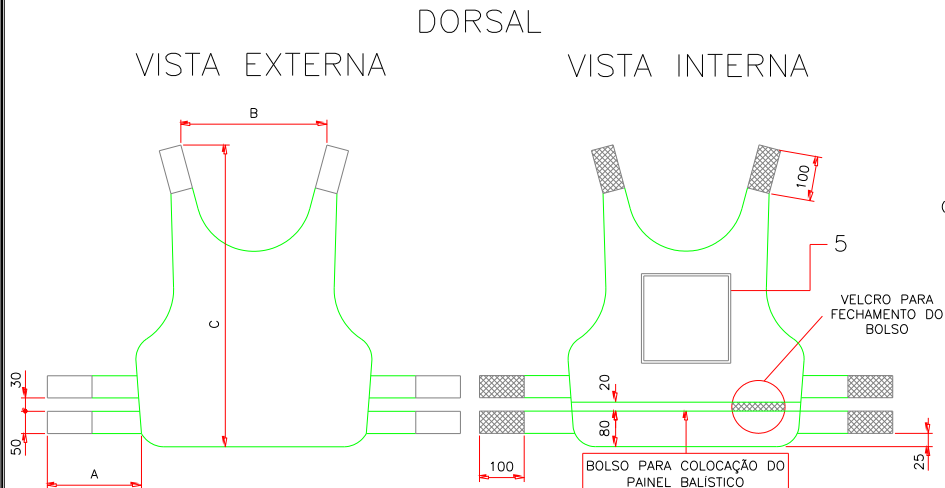
ÁREA DE PROTEÇÃO (M ²)			
TAMANHO	ÁREA FRONTAL	ÁREA DORSAL	ÁREA TOTAL
P	0,1090 m ²	0,1241 m ²	0,2331 m ²
M	0,1256 m ²	0,1420 m ²	0,2676 m ²
G	0,1430 m ²	0,1609 m ²	0,3039 m ²
GG	0,1729 m ²	0,1946 m ²	0,3676 m ²

ANEXO

PAINEL BALÍSTICO
PREFERENCIALMENTE FEMININO

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TAMANHO	A	B	C	D	E
P	210	350	690	150	100
M	220	380	710	170	120
G	230	410	730	185	135
GG	240	430	780	210	160

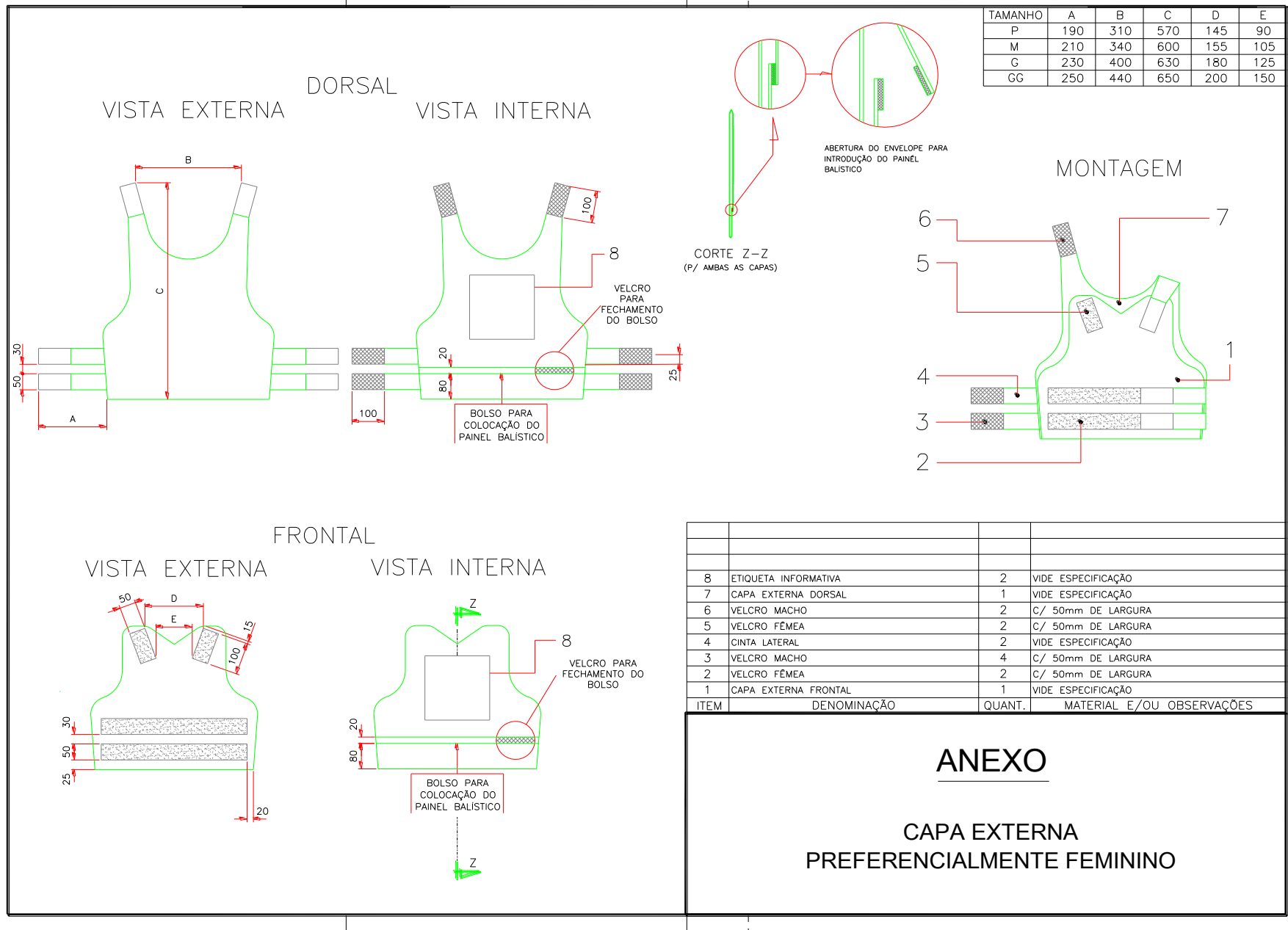


8	CAPA EXTERNA DORSAL	1	VIDE ESPECIFICAÇÃO
7	VELCRO MACHO	2	C/ 50mm DE LARGURA
6	VELCRO FÊMEA	2	C/ 50mm DE LARGURA
5	ETIQUETA INFORMATIVA	2	VIDE ESPECIFICAÇÃO
4	CINTA LATERAL	2	VIDE ESPECIFICAÇÃO
3	VELCRO MACHO	4	C/ 50mm DE LARGURA
2	VELCRO FÊMEA	2	C/ 50mm DE LARGURA
1	CAPA EXTERNA FRONTAL	1	VIDE ESPECIFICAÇÃO
ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT.	MATERIAL E/OU OBSERVAÇÕES

ANEXO

CAPA EXTERNA
MASCULINO

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires



Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO N.º 129/2020 - QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COLETES BALÍSTICOS PARA USO DA GUARDA MUNICIPAL.

Termo do Contrato firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, e a empresa **TAMTEX CONFECÇÃO E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA**, que tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de coletes balísticos para uso da Guarda Municipal, oriundo do Pregão n.º 017/2020 e Processo de Compras n.º 5700/2019.

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de Direito Público Interno, com sede na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no C.N.P.J/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, nesta ato representada pelo Secretário de Segurança Urbana, Sr. José Luís Martins Navarro, e de outro lado a empresa **TAMTEX CONFECÇÃO E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA**, estabelecida na Rodovia Anhanguera, n.º 3995 –KM 124 – salão 4 e 5 Industrial I, bairro Parque Primavera, Americana, SP, CEP 13474-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.704.791/0001-54, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sr.ª Fabiana Silveira Bertagnoli, portadora da cédula de identidade RG nº 29.521.972-5 e devidamente inscrita no CPF/MF sob o n.º 272.326.048-82, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes neste contrato.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Por força do presente instrumento, a CONTRATADA obriga-se a fornecer coletes balísticos, conforme Anexos I e II do edital, que fazem parte integrante deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A Vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável conforme a Lei Federal 8666/93 e suas posteriores alterações, caso haja concordância entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS PREÇOS

3.1. Com o fornecimento dos produtos objeto do presente Contrato, a CONTRATADA receberá as quantias individuais, constantes de sua proposta readequada, inserta às fls. 333/335, bem como da fase de lances, inserta às fls. 331, do Processo de Compras n.º 5700/19, perfazendo um total para o presente Termo de Contrato de **R\$ 122.438,00** (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais).

3.2. As despesas com a presente contratação serão cobertas com recursos classificados na dotação orçamentária sob números: 4.4.90.52.00 06.181.0005.2.002.

3.3. Nos preços cotados deverão estar computados todos os custos básicos, diretos e indiretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto ofertado, tais como frete, combustível, embalagens, e demais concernentes à plena e satisfatória entrega do objeto no prazo estipulado.

3.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato atualizado.

3.5. Os preços ofertados permanecerão fixos e irreajustáveis, por força da Lei Federal nº 9.069/95. Transcorrido o período de 12 (doze) meses, caso a Municipalidade delibere pela prorrogação do Ajuste, os preços poderão ser reajustados com base no índice IPC/FIPE.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Para recebimento do pagamento pelos produtos entregues, a CONTRATADA emitirá as respectivas faturas, que serão atestadas pela CONTRATANTE.

4.2. A CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da apresentação da fatura para aceitá-la ou rejeitá-la.

4.2.1. A fatura não será aprovada, caso a CONTRATANTE constata divergência entre os produtos solicitados e os produtos fornecidos pela CONTRATADA, no tocante a qualidade e quantidade.

4.2.2. A devolução da fatura não aprovada pela CONTRATANTE, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda quaisquer fornecimentos.

4.2.3. Considera-se para fins de pagamento, a data do recebimento da fatura devidamente corrigida.

4.3. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias contados da emissão da Nota Fiscal.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

4.3.1. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado no setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS SOLICITADOS

5.1. A CONTRATADA deverá proceder a entrega dos coletes no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, na Secretaria de Segurança Urbana (sede da Guarda Municipal), sito na Avenida Kaethe Richers, s/n.º – Vila Marquesa, fone (11) 4828-5509.

5.2. A CONTRATADA deverá fornecer a respectiva Nota Fiscal, devidamente acompanhada da Autorização de Fornecimento - AF, que serão conferidos por funcionários responsáveis da Contratante, de acordo com a AF.

5.3. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a Administração reserva-se o direito de devolvê-la, considerando para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

5.4. A Nota Fiscal/Fatura emitida será retida pela Administração, que a remeterá para o setor competente para pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DA CONTRATADA

6.1.1. A CONTRATADA é a responsável direta e exclusiva pelo fornecimento do objeto deste Contrato. Consequentemente, responderá civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que na execução deles venha, direta ou indiretamente, provocar ou dar causa, tanto para a CONTRATANTE quanto a terceiros.

6.1.2. Não caberá em qualquer hipótese à CONTRATANTE, qualquer responsabilidade previdenciária ou de outra natureza, com relação aos empregados da CONTRATADA.

6.1.3. A CONTRATADA deverá designar um responsável que esteja apto a responder pela avença, bem como representá-la junto à CONTRATANTE durante toda a vigência da avença.

6.1.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de devolver o colete que não esteja de acordo com o especificado no Anexo II.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1. Caberá à CONTRATANTE providenciar, através do Gestor do Contrato:

6.2.1.1. Aprovação das faturas para fins de pagamento.

6.2.2. Indicar um responsável pelo acompanhamento do contrato, que figurará como gestor do presente Termo, a quem deve dirigir-se o representante da CONTRATADA para dirimir quaisquer questões pertinentes a presente avença.

6.2.3. Praticar quaisquer atos, nos limites do presente Contrato que se destinem a preservar todo e qualquer direito da CONTRATANTE.

6.2.4. Controlar os prazos estabelecidos para o fornecimento do objeto.

6.2.5. A ação da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA da completa responsabilidade, no que se refere ao fornecimento do objeto deste Contrato.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLAUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Não obstante o fato de a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto desta avença, a CONTRATANTE, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude desta responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos previstos no presente Termo de Contrato, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10 % (dez por cento) do valor do termo de compromisso.

8.1.1. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, caso praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

8.2. Declaração de inidoneidade, quando o CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

8.3. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. São causas de rescisão contratual por ato unilateral e escrito da Administração os casos abaixo enumerados:

9.1.1. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

9.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

9.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

9.1.4. Atraso injustificado no início do fornecimento;

9.1.5. Paralisação injustificada no fornecimento dos gêneros;

9.1.6. Sub-contratação total do seu objeto, sem a prévia autorização da CONTRATANTE, por escrito;

9.1.7. Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

9.1.8. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.9. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

9.1.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

9.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

9.1.12. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

9.2. É permitida a rescisão amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo a que se refere o contrato, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

9.3. Constituem as causas da rescisão do contrato:

9.3.1. A supressão por parte da CONTRATANTE, de obras ou serviços acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido;

9.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes dos serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à CONTRATANTE;

9.4. Nos casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados quando sofridos por esta.

9.5. O descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarretam as seguintes consequências:

9.5.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

9.5.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessário a sua continuidade;

9.5.3. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

9.6. Constitui causa de suspensão do contrato:

9.6.1. A ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até, que seja normalizada a situação;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENUNCIA DE DIREITOS

10.1. O não exercício por parte da CONTRATADA de qualquer direito ou faculdade a mesma concedida, no presente Termo de Contrato, não importará em renúncia ou novação, podendo a CONTRATANTE vir a exercê-lo a qualquer tempo.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORÇA MAIOR

11.1. A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivada por caso fortuito ou motivo de força maior nos termos do artigo 393 e seu parágrafo único do Novo Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito os eventos de natureza e, como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente independem da vontade das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O Presente Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, pelas suas cláusulas, pelo edital de **Pregão n.º 017/2020** e pela proposta readequada da CONTRATADA, inserta às fls. 333/335 bem como pelo resultado de lances, inserta às fls. 331 do Processo de Compras n.º 5700/19.

12.2. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se o direito de devolvê-la, considerando para fins de pagamento, a data do recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 28 DE ABRIL DE 2020.

JOSÉ LUÍS MARTINS NAVARRO
Secretário de Segurança Urbana

TAMTEX CONFECÇÃO E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA.
Fabiana Silverio Bertagnoli
R.G. 29.521.972-5

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG:

2) _____
RG:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADO: Tamtex Confecção e Comércio de Malhas Ltda.

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 129/2020

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de coletes balísticos para uso da Guarda Municipal.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*)_____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 28 de Abril de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: José Luís Martins Navarro

Cargo: Secretário de Segurança Urbana

CPF: 041.652.548-27 RG: 10.837.607

Data de Nascimento: 25/11/1961

Endereço residencial completo: Rua Camilo Batista, n.º 21 – Vila Amélia – São Paulo - SP

E-mail institucional: ssp@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: jlnavarro@gmail.com

Telefone(s): 9-8915-0260

Assinatura:_____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: José Luís Martins Navarro

Cargo: Secretário de Segurança Urbana

CPF: 041.652.548-27 RG: 10.837.607

Data de Nascimento: 25/11/1961

Endereço residencial completo: Rua Camilo Batista, n.º 21 – Vila Amélia – São Paulo - SP

E-mail institucional: ssp@ribeiraopires.sp.gov.br

E-mail pessoal: jlnavarro@gmail.com

Telefone(s): 9-8915-0260

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Fabiana Silverio Bertagnoli

Cargo: Sócia

CPF: 272.326.048-82 RG: 29.521.972-5

Endereço residencial completo: Rua Lázara Castelo Branco Galante, 205 – Bosque da Saúde – Americana – SP – CEP 13478-500

E-mail institucional: adm@tamtex.com.br

Telefone(s): (19) 3199-3400

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.